

## A derrubada da CPMF

**Por: Paulo Guedes**

17 de Dezembro de 2007.

A derrubada da CPMF é apenas uma batalha da verdadeira guerra, a mais importante disputa pelo comando de recursos públicos travada no Brasil em tempos modernos. De um lado, os agentes do atraso, sempre conservadores. Atuam nos antigos eixos do poder. Promovem uma descontrolada expansão de gastos públicos. Preservam instituições dedicadas exclusivamente à defesa de grupos de interesse. Impedem a descentralização operacional do Estado brasileiro. Conservam zelosamente a legislação e os encargos trabalhistas, as organizações sindicais de patrões e empregados, trincheiras obsoletas em defesa de seus privilégios. Promovem a ação centralizada e intervencionista do Estado.

De outro lado, as forças da modernização, que se organizam em torno de novos eixos. Exigem do Estado o cumprimento de suas funções clássicas de segurança e justiça. Como também a execução eficiente de suas modernas atribuições: a saúde pública, a educação básica e a rede de proteção social em solidariedade aos que foram deixados para trás. Mas essa eficiente execução exige, por sua vez, uma atuação focalizada nos pobres e operada de forma descentralizada por meio de administrações estaduais e municipais. Prefeitos, governadores e suas bancadas representam as legítimas e irresistíveis pressões por recursos públicos em uma democracia emergente. "A raiz dos grandes problemas brasileiros é a crescente e absurda concentração de receitas tributárias nas mãos da União", afirmava em sua posse o governador mineiro Aécio Neves, denunciando a hipertrofia do governo federal.

Essa feroz disputa por recursos públicos é promovida por um Estado socialdemocrata que, conservador por sua inapetência na execução das reformas, se tornou insaciável em sua escalada tributária. A necessária descentralização da ação social do Estado exige uma reforma fiscal, redefinindo o pacto federativo.

Em vez de governar de forma gerencialmente caótica (com os atuais 37 ministérios) e politicamente desarticulada (sem sintonia com estados e municípios), o presidente tem a oportunidade de transformar, com a reforma fiscal, os governadores - particularmente os presidenciáveis José Serra, Aécio Neves e Sérgio Cabral - em executivos de uma agenda comum estabelecida no Congresso. O princípio básico é a ação social descentralizada do Estado. Esse princípio exigiria a descentralização de recursos e atribuições para estados e municípios, ampliando a interlocução política do presidente. Daria também legitimidade à necessária reforma administrativa no governo federal, permitindo combater a ineficiência, a corrupção e o excesso de gastos públicos.

O presidente Lula pode juntar os cacos. Aprovar simplesmente a renovação da CPMF por medida provisória seria uma afronta ao Senado e à oposição. Deve acenar com uma proposta de entendimento em torno da reforma fiscal, que dificilmente o PSDB e o DEM poderiam recusar. Espera-se dos governadores José Serra e Aécio Neves mais que um pedido de aumento de impostos, rejeitado por seu próprio partido e por seus aliados na oposição, e sim que avancem com as forças da modernização.

*(O Globo - 17/12/2007)*